

**Resultados divulgados pela ANS mostram recuperação parcial do setor, porém, quando observadas apenas as operadoras de menor porte, quase metade delas ainda registra prejuízo operacional, aponta análise da ABRAMGE**

Os resultados econômico-financeiros mais recentes da saúde suplementar apresentam um processo de recuperação do setor após anos de forte pressão assistencial. Porém, segundo análise da **Associação Brasileira de Planos de Saúde (ABRAMGE)**, com base nos dados divulgados pela ANS, quase metade das operadoras de menor porte registrou resultado operacional negativo.

“É importante compreender que o resultado líquido do setor nas análises públicas não reflete, necessariamente, a realidade da operação assistencial das empresas. O número inclui resultados financeiros e patrimoniais que não estão diretamente ligados à prestação de serviços de saúde. Quando analisados apenas os resultados operacionais, muitas operadoras ainda enfrentam dificuldades significativas para equilibrar receitas e despesas assistenciais”, afirma Marcelo Dietrich, diretor da **Associação Brasileira de Planos de Saúde (ABRAMGE)** e liderança de pequenas e médias operadoras na entidade.

A análise da **ABRAMGE** indica que o resultado operacional das pequenas e médias operadoras foi negativo em R\$ 200 milhões no ano de 2025, o que evidencia margens ainda bastante pressionadas para o conjunto dessas 540 empresas. Esse cenário ajuda a explicar por que 45% registraram resultado operacional negativo, mesmo em um momento de aparente recuperação do setor. Analisando apenas as operadoras de pequeno porte, a proporção é ainda maior e chega a 50%.

A preocupação com as pequenas e médias operadoras se explica principalmente por sua relevância estratégica para a capilaridade da saúde suplementar brasileira. Em muitas regiões do país, especialmente fora dos grandes centros urbanos, são essas empresas que garantem o acesso da população à assistência médica. Juntas, atualmente atendem 11,6 milhões de beneficiários de planos de saúde, sendo 2,6 milhões vinculados a operadoras de pequeno porte e 9 milhões a operadoras de médio porte. Manter essa estrutura, contudo, tem se tornado cada vez mais desafiador diante do aumento contínuo dos custos assistenciais, da judicialização e da ocorrência de fraudes.

“O aumento contínuo dos custos assistenciais, da judicialização e da ocorrência de fraudes têm impactado diretamente na previsão financeira das operadoras, sobretudo das menores. A sustentabilidade do setor depende de um ambiente regulatório e jurídico que permita planejamento e equilíbrio econômico para todos os agentes”, acrescenta Dietrich.

Nos últimos 12 meses, 63% dos custos com demandas judiciais foram referentes a procedimentos ou tratamentos fora do rol de cobertura definido pela ANS. Entre as operadoras de pequeno porte, essa proporção chega a 77%.

**Fonte:** ABRAMGE/GBR, em 17.03.2026.